

# Jorge Rita, Presidente do Conselho de Ilha de S. Miguel

## “O investimento em S. Miguel tem de ser robusto, porque traz retorno para as restantes ilhas”

*Jorge Rita, Presidente da Associação Agrícola de S. Miguel, acaba de ser reeleito Presidente do Conselho de Ilha de S. Miguel. Nesta entrevista revela que este órgão consultivo vai entregar em breve ao Presidente do Governo um caderno reivindicativo sobre os principais problemas que a ilha de S. Miguel enfrenta. Defende mais investimento nesta ilha, porque traz retorno para as restantes.*

**Tomou posse para mais um mandato à frente do Conselho de Ilha de S. Miguel. Como encara a continuação desta missão?**

É com espírito de dever cívico e de grande responsabilidade que aceitei continuar a presidir à mesa deste órgão consultivo da ilha de São Miguel.

O mandato de um ano dos órgãos da mesa do Conselho de Ilha é manifestamente curto e não permite encarar os problemas de São Miguel numa forma mais aprofundada.

Ainda para mais, este foi um ano em que o Governo dos Açores não finalizou o seu mandato e por isso, ocorreram eleições regionais.

Esta situação contribuiu para que vários assuntos de grande importância para a ilha não fossem devidamente acompanhados.

Assim, não poderia desiludir os micalenses porque entendo que posso contribuir para a resolução dos problemas existentes.

Esta é sem dúvida uma missão em que me irei empenhar numa forma abnegada e dedicada.

**Há cada vez mais vozes em S. Miguel a queixarem-se da falta de investimentos cruciais nesta ilha. Como é que se posiciona e que resposta poderá dar o Conselho de Ilha na análise aos problemas micalenses?**

Sendo São Miguel a maior ilha, é evidente que é também aquela que tem maiores problemas.

Todas as ilhas têm os seus problemas e devem reivindicar as suas necessidades, mas São Miguel não pode ficar atrás, porque é evidente que todos percebem se a nossa ilha representa 60% da população ou da economia, é óbvio que existem questões de ilha que têm de ser resolvidas, porque se tal não acontecer, a economia regional irá ressentir-se.

É minha convicção que os problemas micalenses têm de ser encarados de frente pelo Governo dos Açores, e também pelo Governo da República, já que existem serviços prestados pela República que têm de ser significativamente melhorados, nomeadamente, o nível da segurança.



Igualmente, infraestruturas como as da cadeia de Ponta Delgada não deveriam existir. Esta é situação que nos envergonha a todos.

Necessitamos de criar as condições para que São Miguel continue a evoluir, que tem de ser feito através duma economia sustentável, porque temos o mar e a terra que nos diferencia de outros locais do mundo.

As nossas condições ambientais são igualmente fator de diferenciação das nossas ilhas.

As nossas belezas naturais têm de ser devidamente protegidas e constituir mesmo uma das nossas grandes vantagens num mundo cada vez mais global.

Temos de ser inteligentes e ser capazes de potenciar a qualidade que conseguimos ter na nossa ilha.

O investimento em São Miguel deve ser robusto porque os seus efeitos trazem retorno para todas as restantes ilhas.

**Quais os investimentos que considera mais urgentes em S. Miguel?**

Neste momento, obviamente que é a necessidade do Hospital do Divino Espírito Santo retomar a sua actividade normal.

As consequências do incêndio para a população são dramáticas e urge, a todo o custo, criar as condições para que este hospital volte a ser o que era – um hospital central de referência dos Açores.

Sabemos que estão a ser tomados passos que vão nesse sentido, mas nós, enquanto Conselho de Ilha, queremos contribuir para melhorar a saúde dos micalenses.

No âmbito social os problemas existentes relacionados com o aumento da toxicod dependência na ilha, é uma grande preocupação porque poderemos estar a hipotecar o futuro de algumas gerações de micalenses.

Temos de fazer alguma coisa por isso, e enquanto órgão conselheiro iremos dar a nossa opinião às entidades responsáveis desta área.

O aumento de insegurança não pode continuar e têm de ser encontradas soluções capazes de resolver este flagelo.

Áreas como a educação, a formação, a exclusão social ou a pobreza, são fundamentais para a coesão da ilha e têm de ser devidamente analisadas.

Para tal, irão ser criados grupos de trabalho que pretendem contribuir para a resolução dos problemas existentes. Brevemente, serão anunciadas as suas composições.

O aumento do turismo é na sua generalidade bom para a economia regional, mas para que tenha o retorno necessário para a economia, temos, ainda mais, de olhar para as infraestruturas existentes e perceber que muitas delas têm de ser melhoradas, já que, nalguns casos, já existiam carências.

O investimento na agricultura e nas pescas não pode ser descurado e existem carências nestes sectores produtivos que têm de ser resolvidas.

O porto e o aeroporto de Ponta Delgada, a via viária regional, incluindo os caminhos agrícolas, têm de ser alvo de atenção particular, e a existência de investimento é crucial.

Iremos proximamente reunir com o Presidente do Governo para apresentação dum caderno reivindicativo onde estarão expostas as grandes preocupações dos micalenses e que estamos certos, merecerá a melhor atenção do senhor Presidente.

**O caso do encerramento das lojas da SATA, que também afecta S. Miguel, e a mudança das vendas para a RIAC merecem atenção do Conselho de Ilha?**

A SATA tem sido uma preocupação de todos os Açorianos e micalenses em particular nas últimas décadas.

O seu historial é conhecido e se a SATA é uma companhia regional, em que quase todos os Açorianos se revêm, também tem constituído um grande problema para os sucessivos governos regionais.

A sua situação financeira tem-se agravado numa forma constante ao longo dos anos e é hoje um grande problema, atendendo aos recursos financeiros que necessita.

A SATA devia ser a nossa porta para o mundo, mas devido à situação em que se encontra, pode começar a ser um obstáculo ao nosso desenvolvimento.

Não queremos que tal aconteça, mas para que isso aconteça, a sua gestão tem de ser o mais eficiente possível.

Relativamente ao fecho das suas lojas e à mudança de vendas para a RIAC, não podemos concordar com esta situação, porque ela contribui para o fortalecimento do Estado e não para o sector privado.

Somos uma região pequena, com grandes dificuldades estruturais, onde o Estado é essencial, mas a nossa economia, sempre que possível, deve ser constituída por empresas e cooperativas, que são quem dá sustentabilidade à região.

Creio que esta medida está a ser revista e outras soluções terão de ser encontradas, porque a própria competitividade da economia deve ter regras claras e transparentes para todos.